

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2022



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Relatório de Atividades

Brasília
2022

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
56ª Legislatura (2019-2022) – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Arthur Lira

1º Vice-Presidente

Lincoln Portela

2º Vice-Presidente

Cargo vago

1ª Secretário

Luciano Bivar

2º Secretário

Odair Cunha

3ª Secretária

Geovania de Sá

4ª Secretária

Rosangela Gomes

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Eduardo Bismarck

2º Suplente

Gilberto Nascimento

3º Suplente

Alexandre Leite

4º Suplente

Cássio Andrade

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa

Ruthier de Sousa Silva

EXPEDIENTE

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS/PE)

1º Vice-Presidente: Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP)

TITULARES

Daniel Trzeciak (PSDB/RS)

Del. Antônio Furtado (União/RJ)

Felipe Carreras (PSB/PE)

Jorge Braz (REPUBLICANOS/RJ)

SUPLENTES

André Ferreira (PL/PE)

Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)

Bira do Pindaré (PSB/MA)

Bozzella (União/SP)

Daniel Almeida (PCdoB/BA)

Denis Bezerra (PSB/CE)

Efraim Filho (União/PB)

Eli Corrêa Filho (DEM/SP)

Fernando Rodolfo (PL/PE)

Flávio Nogueira (PT/PI)

Gilson Marques (NOVO/SC)

Hermes Parcianello (MDB/PR)

Ivan Valente (PSOL/SP)

José Nelto (PP/GO)

Márcio Marinho (REPUBLICANOS/BA)

Marx Beltrão (PP/AL)

Nereu Crispim (PDB/RS)

Pedro Augusto Bezerra (PDT/CE)

Prof. Dayane Pimentel (União/BA)

Ricardo Teobaldo (PODE/PE)

Sérgio Brito (PSD/BA)

Weliton Prado (Pros/MG)

Wolney Queiroz (PDT/PE)

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor do Departamento de Comissões: João Batista Silva Aragão Junior

Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes: Marcelo Brandão Lapa

CORPO TÉCNICO DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Secretária-executiva: Lilian de Cássia Albuquerque Santos

Carla Rodrigues de Medeiros

Denise Rocha Mariano Vieira

Fabiano José da Costa

Marcus Achilles Santana Soares e Barros

Maria de Fátima Vieira Ornelas

Mônica Rodrigues Campello

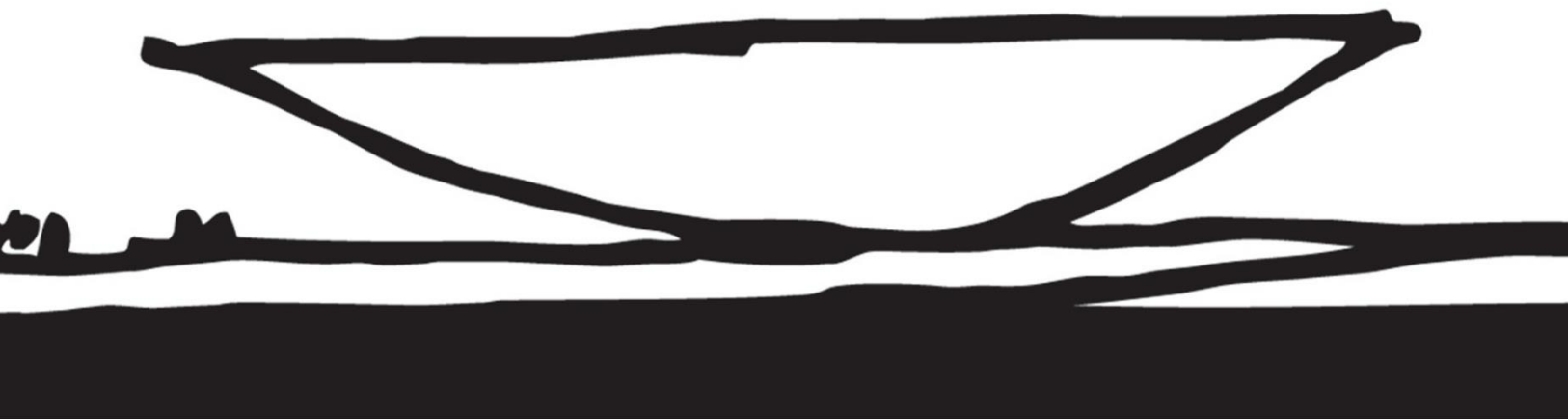
Patrícia Borges de Carvalho

Eliana Nascimento de Oliveira



SUMÁRIO

Apresentação	06
Presidência	08
Membros	09
Representação	13
Resultados	14
Proposições	15
Requerimentos	20
Audiências públicas	30
CDC na imprensa	40
Relatorias	47
Emendas orçamentárias	74



Apresentação

O ano de 2022 representou a consolidação da retomada dos trabalhos legislativos na Casa após a pior fase da Covid-19, ao longo de 2021. Com parlamentares, servidores e visitantes em sua imensa maioria vacinados, mas ainda mantendo ativos alguns protocolos sanitários, a Comissão de Defesa do Consumidor voltou à sua rotina de reuniões deliberativas e audiências públicas ainda na modalidade semipresencial.

No entanto, as implicações decorrentes de um ano de eleições gerais – com redução da atividade legislativa no segundo semestre de 2022 – impuseram um custo ao ritmo de discussões da Comissão. Ainda assim, a CDC debruçou-se sobre diversos temas, aprovando proposições de extrema relevância para o cidadão. Como exemplo, temos o PL 1.591/20, que classifica como cláusula abusiva o cadastramento do consumidor, sem sua autorização expressa, em programa promocional; o PL 5.781/19, que obriga as universidades a informar ao aluno, no ato da matrícula, a situação da instituição e o reconhecimento do curso junto ao MEC; o PL 10.110/18, que proíbe a exigência de aquisição de material escolar exclusivamente junto ao estabelecimento de ensino ou outro lojista por ele indicado, garantindo assim a concorrência; e o PL 497/19, que assegura o direito de livre escolha da oficina em casos de cobertura dos danos em veículo por seguradora.

A Comissão de Defesa do Consumidor também enfrentou temas delicados em suas audiências públicas. O reajuste dos planos de saúde e a adoção, por parte das operadoras, do chamado ‘rol taxativo’ que comprometeria o tratamento de milhares de segurados, foram tema de intensos debates em reunião com a participação de representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de entidades de defesa do consumidor e das empresas.

O aumento dos juros, que no primeiro trimestre de 2022 já se aproximavam de 12%, e o crescimento da inflação, que chegava a 12% ao ano, levaram os integrantes da CDC a convidar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, a prestar esclarecimento sobre as medidas a serem adotadas pelo governo para sanear a economia sem riscos de desaceleração.

As reiteradas críticas dos parlamentares à política de reajuste dos combustíveis também proporcionaram discussões no colegiado, em virtude da chamada metodologia Preços de Paridade de Importação (PPI), que vincula o valor dos derivados de petróleo no Brasil ao mercado internacional. Essa sistemática deixa o país mais vulnerável a flutuações de variáveis como o valor do dólar, do frete marítimo e do petróleo em mercados globais, embora o Brasil produza cerca de 85% do petróleo que necessita. O ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, foi então convidado a prestar esclarecimentos à CDC.

Os reajustes abusivos das contas de luz autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e implantados pelas concessionárias estaduais - que em alguns casos chegaram a 25% - levaram a Comissão a convidar dirigentes da autarquia, representantes das empresas e de entidades de defesa do consumidor.

Gostaria, por fim, de agradecer ao meu partido, o Republicanos, por confiar-me a honra e responsabilidade de presidir um colegiado com tamanha interface com a população brasileira, em especial os menos favorecidos e consumidores

Relatório anual - 2022

hipossuficientes, mais sujeitos aos movimentos agressivos do mercado e de grandes agentes econômicos. Destaco também a participação ativa de deputadas e deputados da CDC nesse ano de desafios.

Na minha presidência, busquei ser orientado pelo espírito de conciliação, se distanciando de paixões ideológicas ou partidárias, procurando soluções com todos os membros do colegiado. Aos servidores da Comissão, na pessoa da secretária-executiva Lilian de Cássia, e Eliana, minha chefe de Gabinete, meus agradecimentos e a certeza de que tornaram a tarefa a mim confiada mais gratificante.

Deputado Federal Silvio Costa Filho
Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor



PRESIDÊNCIA DA CDC



SILVIO COSTA
FILHO
Presidente



CELSO
RUSSOMANNO
1º Vice-Presidente

MEMBROS TITULARES



Celso Russomanno
Republicanos/SP



Daniel Trzeciak
PSDB/RS



Delegado Antônio Furtado
União Brasil/RJ



Felipe Carreras
PSB/PE



Jorge Braz
Republicanos/RJ



Silvio Costa Filho
Republicanos/PE



Vinicius Carvalho
Republicanos/SP

MEMBROS SUPLENTES



André Ferreira
(PL/PE)



Aureo Ribeiro
(Solidariedade/RJ)



Bira do Pindaré
(PSB/MA)



Bozzella
(UNIÃO/SP)



Daniel Almeida
(PCdoB/BA)



Denis Bezerra
(PSB/CE)



Flávio Nogueira
(PT/PI)



Gilson Marques
(Novo/SC)



Hermes Parcianello
(MDB/PR)

MEMBROS SUPLENTE



Efraim Filho
(União Brasil/PB)



Eli Corrêa Filho
(União Brasil/SP)



Fernando Rodolfo
(PL/PE)



Flávio Nogueira
(PT/PI)



Gilson Marques
(Novo/SC)



Hermes Parcianello
(MDB/PR)



Ivan Valente
(PSOL/SP)



José Nelto
(PP/GO)



Márcio Marinho
(Republicanos/BA)

MEMBROS SUPLENTES



Marx Beltrão
(PP/AL)



Nereu Crispim
(PSD/RS)



Pedro Augusto Bezerra
(PDT/CE)



Professora Dayane Pimentel
(União/BA)



Ricardo Teobaldo
(Pode/PE)



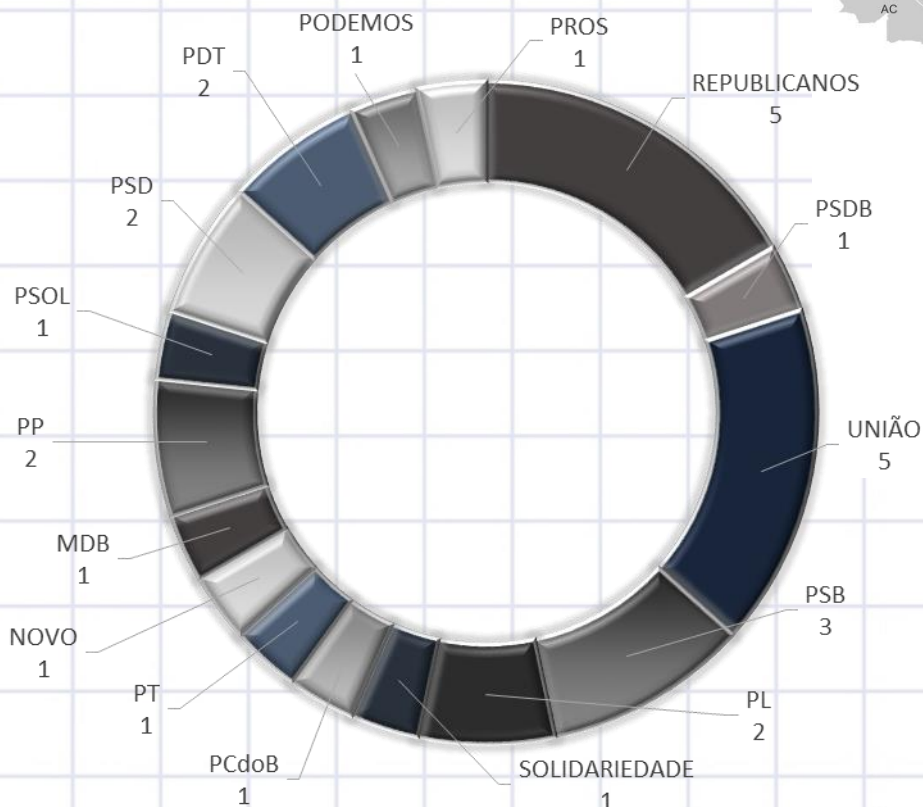
Sérgio Brito
(PSD/BA)



Weliton Prado
(Solidariedade/MG)

REPRESENTAÇÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) é composta por 24 membros suplentes e 24 membros titulares. As vagas da Comissão são distribuídas entre os PARTIDOS POLÍTICOS da Câmara dos Deputados, conforme indicação das Lideranças, obedecendo o que dispõe o Regimento Interno acerca da proporcionalidade partidária.



Estados representados na CDC

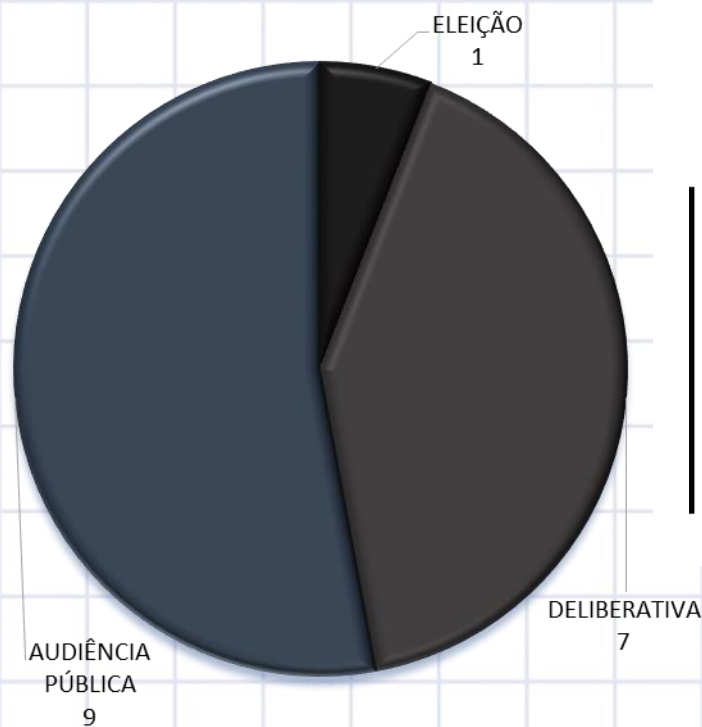


14 ESTADOS REPRESENTADOS NA CDC

MARANHÃO	PARANÁ
MINAS GERAIS	SANTA CATARINA
SÃO PAULO	CEARÁ
RIO DE JANEIRO	PIAUI
PERNAMBUCO	RIO GRANDE DO SUL
BAHIA	GOIÁS
PARAÍBA	ALAGOAS

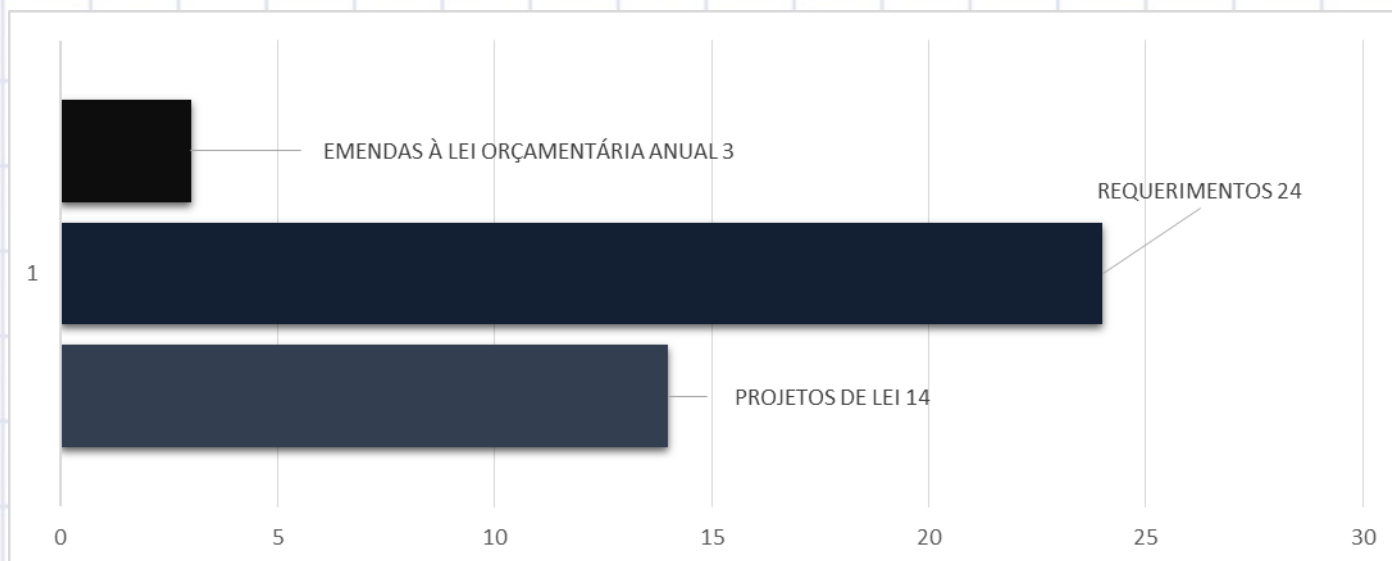
17 reuniões realizadas

Em 2022, a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) convocou 17 reuniões. Dessas, 7 foram deliberativas, objetivando a análise das proposições legislativas. Outras 9 foram audiências públicas. Ainda foi realizada uma reunião de eleição.

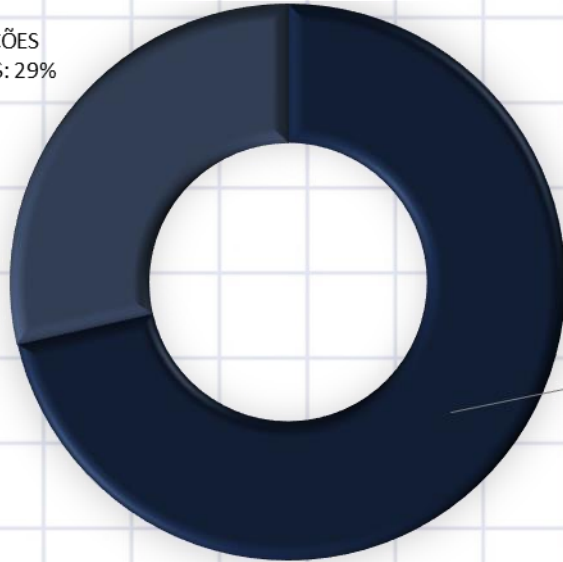


Proposições legislativas

No ano de 2022, a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) apreciou 41 proposições. Entre elas, foram aprovados 24 Requerimentos e 14 pareceres à Projetos de Lei, além de três emendas à Lei Orçamentária Anual.



PROPOSIÇÕES
APROVADAS: 29%

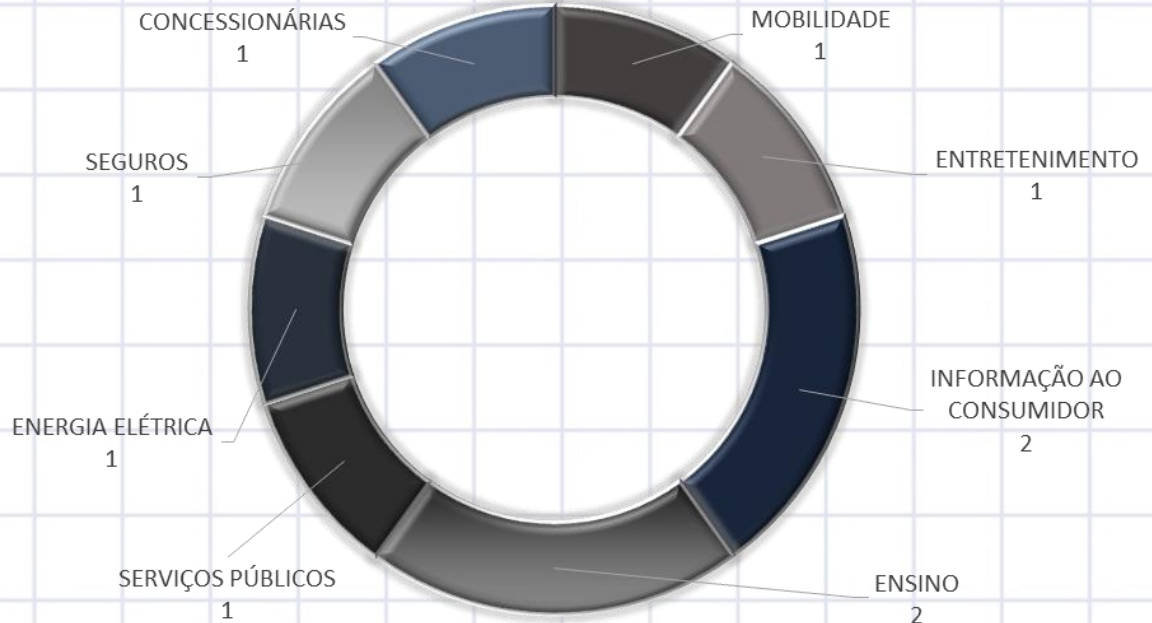


PROPOSIÇÕES
REJEITADAS: 71%

Em 2022, saíram da Comissão de Defesa do Consumidor 14 projetos de lei. Foram 10 projetos de lei aprovados e 4 rejeitados. Entre os temas recorrentes nessas proposições estão energia elétrica, seguros, mobilidade, entretenimento e concessionárias.

Temas recorrentes (Projetos de Lei)

PROPOSIÇÕES



Proposições aprovadas

PROJETO DE LEI Nº 224/2019 do Sr. ROBERTO DE LUCENA - Estabelece condições a serem observados por fornecedores no atendimento de pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida com vistas à sua inclusão no mercado de consumo.

- RELATOR: Dep. Gilson Marques
- PARECER: Pela aprovação com Substitutivo
- **Aprovado o parecer em 04/05/22**
- Encaminhado à CPD

PROJETO DE LEI Nº 26/2019 do Sr. WELITON PRADO - Estabelece o limite máximo de quinze minutos para a veiculação de propagandas antes do início dos filmes exibidos nas salas de cinema. - Proíbe o repasse ao consumidor de qualquer valor a título de corretagem.

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: Pela aprovação com Substitutivo.
- **Aprovado parecer em 08/06/22**
- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 1591/2020 do SENADO FEDERAL – ROSE DE FREITAS - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir, como cláusula abusiva, o cadastramento do consumidor, sem sua autorização expressa, em programa promocional

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela aprovação com Substitutivo
- **Aprovado o parecer em 08/06/22**
- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 5781/2019 do Sr. AFONSO MOTA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de cláusula específica nos contratos de prestação de serviços educacionais informando aos consumidores sobre a regularidade da instituição e do curso oferecido em relação ao MEC.

- RELATOR: Dep. Flavio Nogueira
- PARECER: Parecer com Complementação de Voto, pela aprovação, com emendas.
- **Aprovado o parecer 09/11/22**
- Encaminhado à CE

PROJETO DE LEI Nº 631/2022 do Sr. EDUARDO DA FONTE - Altera as Leis nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para dispor sobre a multa para a suspensão de serviços públicos após adimplemento do usuário.

- RELATOR: Dep. Flávio Nogueira
- PARECER: pela aprovação, com Substitutivo
- **Aprovado em 09/11/22**
- Encaminhado à CTASP

PROJETO DE LEI Nº 9.387/2017 do Sr. WALTER ALVES - Altera o inciso XIX do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para assegurar, ao usuário de serviços de energia elétrica, retorno da Aneel quanto às providências adotadas junto às operadoras em caso de reclamações e denúncias.

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela aprovação deste, e do PL 9388/2017, apensado, nos termos do Substitutivo adotado pela CTASP, com subemenda.
- **Aprovado o, em 14/12/22**
- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 10.110/2018 do Sr. CELSO RUSSOMANNO - Acrescenta §7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.

- RELATOR: Dep. Vinicius Carvalho
- PARECER: pela aprovação do PL 10110/2018 e dos PLS 1760/2019 e 2894/2019, apensados, com Substitutivo
- **Aprovado o parecer em 14/12/22**
- Encaminhado à CE

PROJETO DE LEI Nº 497/2019 do Sr. RAFAEL MOTTA - Assegura ao consumidor, o direito de livre escolha da oficina em casos de cobertura dos danos em veículo por seguradora.

- RELATOR: Dep. Delegado Antonio Furtado
- PARECER: pela aprovação
- **Aprovado parecer em 14/12/22**
- Encaminhado à CFT

PROJETO DE LEI Nº 1.795/2019 do Sr. Delegado Antonio Furtado - Obriga fabricantes de equipamentos eletrônicos de comunicação e informática que especifica a divulgarem alerta sobre possíveis danos à saúde de crianças, decorrentes de seu uso prolongado e ininterrupto.

- RELATOR: Dep. Delegado Antonio Furtado
- PARECER: pela aprovação deste e do PL 3440/2020, apensado, nos termos do Substitutivo adotado pela CCTCI.
- **Aprovado o parecer em 14/12/22**
- Encaminhado à CSSF

PROJETO DE LEI Nº 3.364/2021 do Sr. GURGEL Acrescenta o art. 30-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para reduzir em até 50% os lucros da concessionária quando comprovada má qualidade na prestação do serviço público.

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela aprovação, com Substitutivo
- **Aprovado o parecer em 14/12/22**
- Encaminhado à CTASP

Proposições rejeitadas

PROJETO DE LEI Nº 2.608/2020 do Sr. PAULO BENGSTON - Dispõe sobre a estabilização do preço dos itens da cesta básica enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus - COVID-19, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela rejeição do PL 2608/2020 e dos PLs 2879/2020 e 4503/2020, apensados.
- **Aprovado o parecer contra o voto do deputado Delegado Antonio Furtado em 25/05/22**
- Encaminhado à CDEICS

PROJETO DE LEI Nº 240/2019 do Sr. JUNIOR FERRARI Dispõe sobre compra de energia pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica para atendimento do mercado cativo.

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela rejeição do PL 240/2019 e dos PLs 1529/2019 e 1668/2019, apensado
- **Aprovado o parecer em 08/06/22**
- Encaminhado à CME

PROJETO DE LEI Nº 1.138/2020 da Sra. SHÉRIDAN - Determina que, na ocorrência de calamidade pública ou situação emergencial que exija medidas de isolamento social, sejam elevados em cinquenta por cento os patamares de consumo que definem as faixas de desconto referentes às tarifas sociais de energia elétrica e de abastecimento de água aplicáveis às unidades consumidoras residenciais de baixa renda.

- RELATOR: Dep. Gilson Marques
- PARECER: pela rejeição
- **Aprovado o parecer em 08/06/22**
- Encaminhado à CME

PROJETO DE LEI Nº 2.659/2020 do Sr. SERGIO VIDIGAL - Altera a Lei n.º 11.795, de 8 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Consórcio, para permitir que durante a pandemia do Covid-19, o desistente ou excluído do consórcio possa reaver quantias pagas.

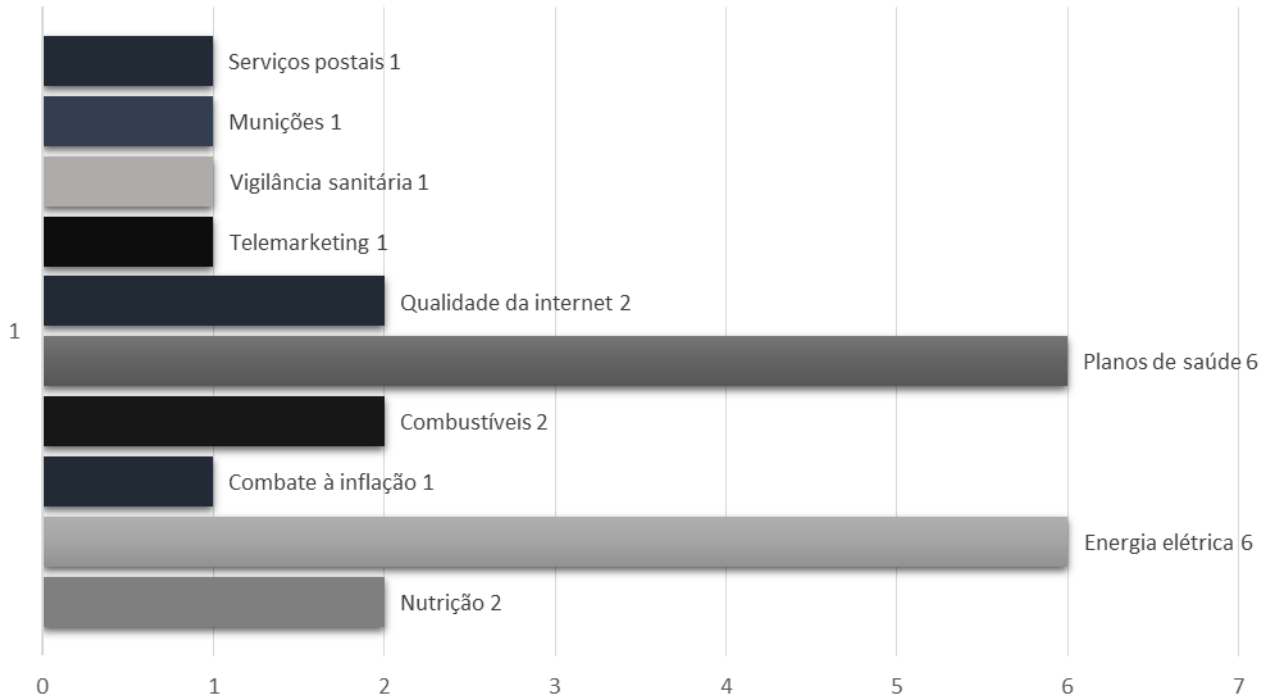
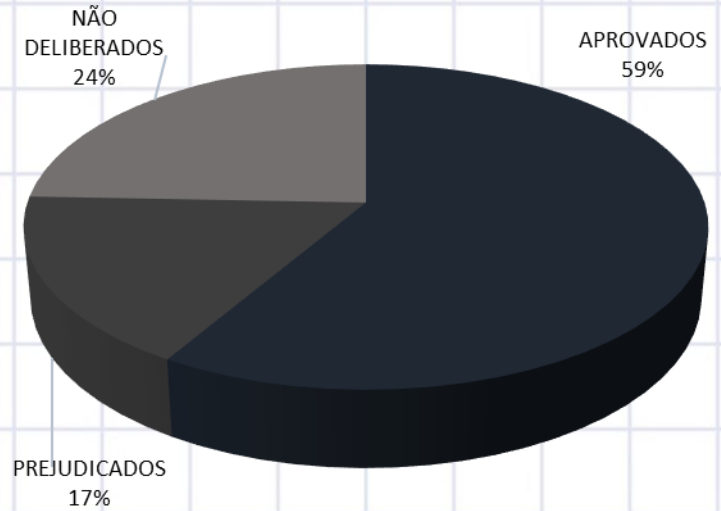
- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela rejeição do PL 2659/2020 e do PL 2886/2020, apensado.
- **Aprovado o parecer em 25/05/22**
- Encaminhado à CFT

REQUERIMENTOS

Relatório anual - 2022

Em 2022, a CDC recebeu 40 requerimentos. Desses, 24 foram aprovados pelo plenário da Comissão.

Entre os recebidos, a maior parte visou tratar de questões afetas à saúde, qualidade da internet, energia elétrica, telemarketing e serviços postais.



Temas recorrentes nos requerimentos

Requerimentos apresentados

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
62/2021	Ivan Valente	<i>Requer a realização de reunião de audiência pública para debater o PL Nº 1043 DE 2019, de autoria do Deputado David Soares, que “Dispõe sobre a abertura de agências bancárias aos sábados e domingos”.</i>	30/11/2021: Apresentado. 16/12/2021: Aprovado. 06/07/2022: Audiência realizada. Arquivado.
1/2022	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater a inclusão, na cobertura de atendimento ambulatorial, os exames complementares solicitados por nutricionistas, quando necessários ao acompanhamento dietoterápico.</i>	27/04/2022: Apresentado. 04/05/2022: Aprovado. 07/06/2022: Audiência realizada. Arquivado.
2/2022	Denis Bezerra	<i>Requer a realização de audiência pública para debater o reajuste autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no valor da energia distribuída pela Enel Distribuição Ceará.</i>	27/04/2022: Apresentado. 04/05/2022: Aprovado, para realização conjunta com o requerimento nº 3/2022 1º/06/2022: Audiência realizada. Arquivado.
3/2022	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública para debater reajustes de preços de serviços de energia elétrica.</i>	27/04/2022: Apresentado. 04/05/2022: Aprovado, para realização conjunta com o requerimento nº 2/2022 1º/06/2022: Audiência realizada. Arquivado.
4/2022	Silvio Costa Filho	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, para debater medidas de combate à inflação e o aumento das taxas de juros.</i>	28/04/2022: Apresentado. 04/05/2022: Aprovado. 31/05/2022: Audiência realizada. Arquivado.

Relatório anual - 2022

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
5/2022	Silvio Costa Filho	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública com a presença do presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, para debater a escalada de reajustes dos combustíveis e a política de Preços de Paridade de Importação atualmente em vigor.</i>	28/04/2022: Apresentado. 04/05/2022: Aprovado, com a inclusão do Presidente da Federação Única dos Petroleiros – Fup; do Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Inep; e do Presidente do Conselho dos Secretários Estaduais da Fazenda – Confaz. Subscrito pelos Deputados Celso Russomanno e Flávio Nogueira. 28/06/2022: Audiência realizada , com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, sr. Adolfo Sachsida. Arquivado.
6/2022	Ivan Valente	<i>Requer a realização de Audiência Pública com o Presidente da Amil, o Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), e a Professora adjunta na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ligia Bahia, para tratar sobre medidas adotadas para acompanhar as operações de transferência da carteira de beneficiários do plano de saúde da empresa AMIL.</i>	03/05/2022: Apresentado. Não deliberado. Arquivado.
7/2022	Marx Beltrão	<i>Requer a realização de audiência pública para debater reajustes de preços de serviços de energia elétrica.</i>	03/05/2022: Apresentado. 11/05/2022: Aprovado. 1º/06/2022: Audiência realizada. Arquivado.

Relatório anual - 2022

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
8/2022	Bira do Pindaré	<i>Requer a realização de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor para debater sobre o reajuste dos planos de saúde.</i>	04/05/2022: Apresentado. 11/05/2022: Aprovado. 14/06/2022: Audiência realizada. Arquivado.
9/2022	Felipe Carreras	<i>Requer a inclusão de convidados para a audiência pública que visa debater a qualidade e abrangência do serviço de internet no País.</i>	04/05/2022: Apresentado. 11/05/2022: Aprovado, com a inclusão do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec; do Clube de Engenharia; e da Coalização dos Direitos da Rede – CDR. Subscrito pelos Deputados Marx Beltrão e Flavio Nogueira. Audiência não realizada. Arquivado.
10/2022	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública para debater o reajuste nos valores dos planos de saúde.</i>	04/05/2022: Apresentado. 11/05/2022: Aprovado. 14/06/2022: Audiência realizada. Arquivado.
11/2022	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública para debater a abusividade de excessivas ligações de telemarketing.</i>	04/05/2022: Apresentado. 11/05/2022: Aprovado, com inclusão da Associação Nacional das Empresas Correspondentes Bancárias - Anec. Subscrito pelo Deputado Del. Antônio Furtado. Audiência não realizada. Arquivado.
12/2022	Ivan Valente	<i>Requer a realização de Audiência Pública para ouvir o Diretor Geral da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre previsão de reajuste de mais de 15% no preço dos Planos de Saúde.</i>	04/05/2022: Apresentado. 11/05/2022: Aprovado. 14/06/2022: Audiência realizada. Arquivado.

Relatório anual - 2022

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
13/2022	Silvio Costa Filho	<i>Requer a inclusão do presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), Marcos Madureira, entre os convidados da Audiência Pública objeto do Requerimento 03/22, destinada a debater reajustes de preços de serviços de energia elétrica.</i>	09/05/2022: Apresentado. 11/05/2022: Aprovado. 1º/06/2022: Audiência realizada. Arquivado.
14/2022	Vinicius Carvalho	<i>Solicita realização de Audiência Pública sobre procedimentos bancários adotados pelo Banco Santander.</i>	10/05/2022: Apresentado. 01/06/2022: Deferido o Req 21/2022, que requer a retirada de tramitação da proposição. Arquivado.
15/2022	José Nelto	<i>Requer a realização de Audiência Pública para discutirmos a possível venda da Enel Distribuidora Goiás.</i>	11/05/2022: Apresentado. 25/05/2022: Aprovado. Audiência não realizada. Arquivado.
16/2022	Silvio Costa Filho	<i>Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública destinada a debater a escalada de reajustes dos combustíveis e a política de preços de paridade de importação atualmente em vigor.</i>	12/05/2022: Apresentado. 08/06/2022 Aprovado, com a inclusão do Presidente do Comitê Nacional de Secretarias de Fazenda – Comsefaz. Subscrito pelos Deputados Jorge Braz, Delegado Antonio Furtado, Daniel Almeida e Marx Beltrão. 28/06/2022: Audiência realizada, com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, sr. Adolfo Sachsida. Arquivado.

Relatório anual - 2022

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
17/2022	Ivan Valente	<i>Requer a realização de Audiência Pública para ouvir o Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para falar sobre interferências praticadas no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.</i>	13/05/2022: Apresentado. 25/05/2022: Aprovado. Audiência não realizada. Arquivado.
18/2022	Felipe Carreras	<i>Requer a inclusão de convidado para a audiência pública que visa debater a inclusão, na cobertura de atendimento ambulatorial, os exames complementares solicitados por nutricionistas, quando necessários ao acompanhamento dietoterápico.</i>	19/05/2022: Apresentado. 25/05/2022: Aprovado. Subscrito pelo Deputado Jorge Braz. 07/06/2022: Audiência realizada. Arquivado.
19/2022	Gilson Marques	<i>Requer a inclusão de convidado em reunião de Audiência Pública para debater a qualidade e abrangência do serviço de internet no País.</i>	23/05/2022: Apresentado. 25/05/2022: Aprovado. Subscrito pelo Deputado Jorge Braz Audiência não realizada. Arquivado.
20/2022	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir problemas relacionados à dificuldade de conexão de Geração Distribuída enfrentada pelo consumidor.</i>	23/05/2022: Apresentado. 25/05/2022: Aprovado, com a inclusão dos Diretores da CPFL/SP, Light/RJ, Celeste/SC e Neoenergia/ Coelba. Subscrito pelos Deputados Jorge Braz, José Nelto, Gilson Marques e Daniel Almeida 22/06/2022: Audiência realizada. Arquivado.
21/2022	Vinicius Carvalho	<i>Requer a retirada de proposição em tramitação.</i>	26/05/2022: Apresentado. 01/06/2022: Deferida a retirada de tramitação. Arquivado.

Relatório anual - 2022

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
22/2022	Delegado Antônio Furtado	<i>Requer a realização de audiência pública para debater o atendimento da empresa TAURUS S.A e do aumento de preços de insumos de recarga pela companhia brasileira de cartuchos (CBC) ao CACs e aos profissionais de segurança pública e privada no Brasil.</i>	02/06/2022: Apresentado. 08/06/2022: Aprovado. Subscrito pelo Deputado Marx Beltrão. Audiência não realizada. Arquivado.
23/2022	Delegado Antônio Furtado	<i>Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, senhor Fábio Faria, para prestar esclarecimentos sobre o fechamento de várias agências da empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, bem como a falta de respeito com os parlamentos desta casa quando solicitada informações.</i>	06/06/2022: Apresentado. Não deliberado. Arquivado.
24/2022	Felipe Carreras	<i>Requer a convocação do Ministro de Estado da Saúde, Sr. Marcelo Queiroga, a fim de prestar esclarecimentos sobre a solicitação de exames laboratoriais por nutricionistas e o reajuste dos planos de saúde.</i>	07/06/2022: Apresentado 05/07/2022: Audiência realizada com a CSSF, CMulher, CFFC e CTASP. Arquivado.
25/2022	Silvio Costa Filho	<i>Requer Audiência Pública para debater a escalada do endividamento de pequenos e médios agricultores junto às instituições financeiras e aos programas de financiamento rural.</i>	08/06/2022: Apresentado. Não deliberado. Arquivado.
26/2022	Silvio Costa Filho	<i>Requer Audiência Pública para debater a adoção do chamado 'Rol Taxativo' de procedimentos por parte dos planos de saúde.</i>	09/06/2022: Apresentado. 09/11/2022: Aprovado, com a inclusão da representante do Conselho Nacional de Nutrição - CFN, sra. Manuela Dolinsky. Subscrito pelo Deputado Celso Russomanno.

Relatório anual - 2022

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
			Audiência não realizada. Arquivado.
27/2022	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de Audiência Pública para discutir decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de estabelecer como taxativo o rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, o chamado rol taxativo.</i>	13/06/2022: Apresentado. 09/11/2022: Aprovado, com a inclusão da representante do Conselho Nacional de Nutrição - CFN, sra. Manuela Dolinsky. Subscrito pelo Deputado Celso Russomanno. Audiência não realizada. Arquivado.
28/2022	Coronel Tadeu	<i>Requer a inclusão de convidado na audiência pública, que tramita sob o requerimento número 20/2022, a fim de debater sobre geração distribuída de energia elétrica, de autoria do Sr. Deputado Celso Russomanno REPUBLICANOS/SP.</i>	17/06/2022: Apresentado 22/06/2022: Devolvido ao autor, por não ser membro da Comissão de Defesa do Consumidor. Arquivado.
29/2022	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública para debater o aumento nos preços dos combustíveis.</i>	17/06/2022: Apresentado. Não deliberado. Arquivado.
30/2022	Delegado Antônio Furtado	<i>Requer a inclusão de convidado na audiência pública, que tramita sob o requerimento número 20/2022, a fim de debater sobre geração distribuída de energia elétrica, de autoria do Deputado Celso Russomanno, Republicanos/SP.</i>	20/06/2022: Apresentado 22/06/2022: Prejudicado devido a realização da Audiência. Arquivado.
31/2022	Sérgio Brito	<i>Solicita realização de Audiência Pública para debater a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de estabelecer como taxativo o rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, o chamado rol taxativo.</i>	21/06/2022: Apresentado. 09/11/2022: Aprovado. Subscrito pelo Deputado Celso Russomanno. Audiência não realizada. Arquivado.

Relatório anual - 2022

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
32/2022	Deputado Delegado Antônio Furtado	<i>Requer a realização de audiência pública para debater sobre o fechamento de várias agências da empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, bem como a falta de respeito com os parlamentares desta casa quando solicitada informações.</i>	23/06/2022: Apresentado. 09/11/2022: Aprovado, com a inclusão do Ministro das Comunicações ou representante; do advogado Sandro Lucio Gonçalves; do Presidente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios; e da Secretaria de Defesa do Consumidor– Senacon/MJ. 14/12/2022: Audiência realizada. Arquivado.
33/2022	Tiago Andrino	<i>Requer a realização de audiência pública para debater a proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes na qualidade de consumidores nos ambientes virtual, dos games e do metaverso.</i>	7/07/2022: Apresentado. Não deliberado. Arquivado.
34/2022	Silvio Costa Filho	<i>Requer Audiência Pública para debater o descumprimento, pelas operadoras de telefonia, do uso do prefixo 0303 nos serviços de marketing ativo.</i>	12/07/2022: Apresentado. Não deliberado. Arquivado.
35/2022	Daniel Almeida	<i>Requer a inclusão de convidado para audiência pública no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, para debater “Fechamento de agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”.</i>	22/11/2022: Apresentado. Não deliberado. Arquivado.
36/2022	Daniel Almeida	<i>Requeremos, nos termos do Regimento Interno, a retirada de tramitação do Requerimento número 35/2022, item número um da pauta da Comissão.</i>	29/11/2022: Apresentado Arquivado.
37/2022	Daniel Almeida	<i>Requeremos, nos termos do inciso VI do artigo 117, do Regimento Interno, retirada da Ordem</i>	30/11/2022: Apresentado Arquivado.

Relatório anual - 2022

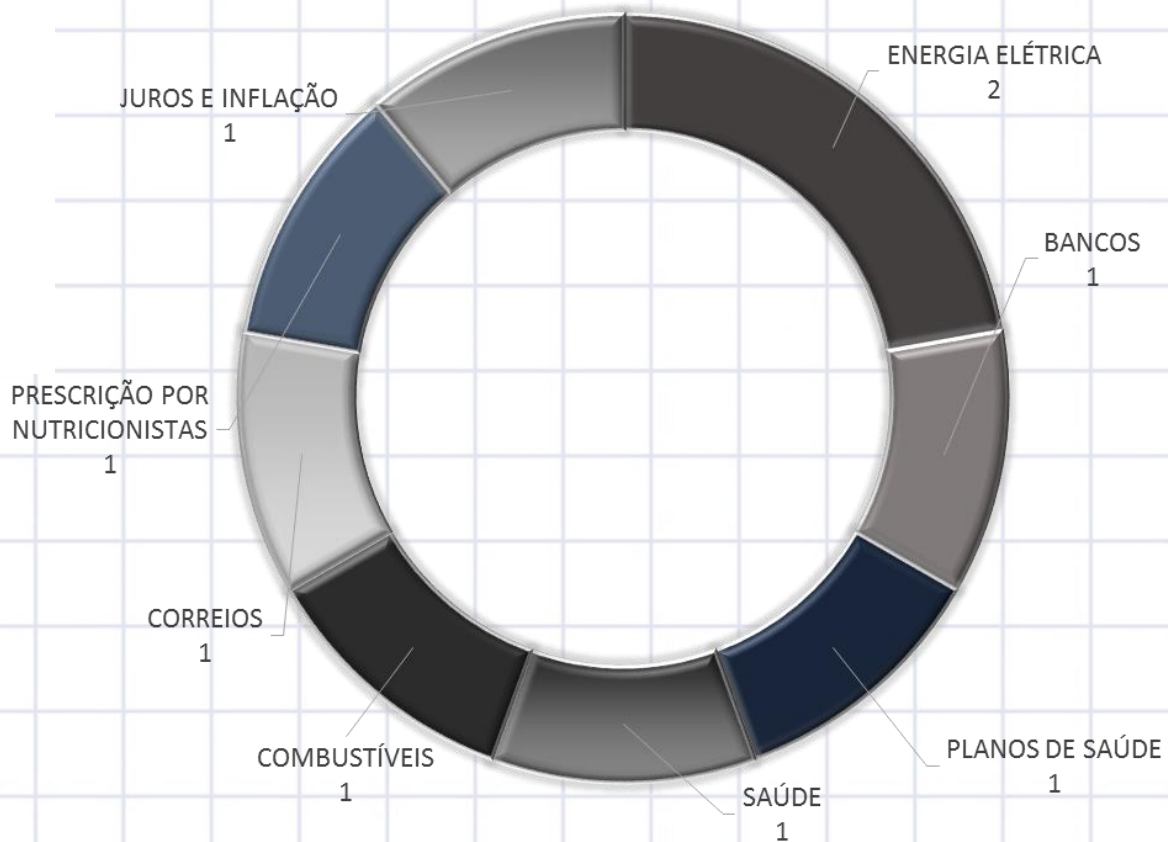
REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
		<i>do Dia do PL Nº 1.043/2019, constante da Ordem do Dia de hoje.</i>	
38/2022	Daniel Almeida	<i>Req. Retirada de Pauta.</i>	07/12/2022: Apresentado Arquivado.
39/2022	Daniel Almeida	<i>Requer a inclusão de convidado para audiência pública no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, para debater "Fechamento de agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos".</i>	12/12/2022: Apresentado. Não deliberado. Arquivado.
40/2022	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater a criação do Dia do Hematologista e Hemoterapeuta.</i>	13/12/2022: Apresentado. Não deliberado. Arquivado.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

9 audiências realizadas

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados permite às comissões permanentes e temporárias realizar reuniões de audiências públicas com entidades da sociedade civil para instruir matérias legislativas em tramitação e tratar de qualquer tema de interesse público relevante dentro de sua área temática.

Em 2022, a CDC ouviu mais de 40 autoridades, entre elas três ministros de Estado, em nove reuniões de audiência pública, uma delas realizada em conjunto com a CFFC, CMULHER, CSSF e CTASP, instruindo membros e relatores de matérias, exercendo sua função constitucional de fiscalização do Poder Executivo e atendendo demandas específicas de consumidores brasileiros.



Temas recorrentes

REAJUSTES DOS PREÇOS DA ENERGIA ELÉTRICA

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater os aumentos dos preços da energia elétrica.

Requerimento nº 02/2022 - do Deputado Denis Bezerra

Requerimento nº 03/2022 - do Deputado Felipe Carreras

Requerimento nº 07/2022 - do Deputado Marx Beltrão

Requerimento nº 13/2022 - do Deputado Silvio Costa Filho

Data: 1º/06/2022

Expositores

Fabiana Gazzoni Cepeda

Diretora do Departamento de Gestão do Setor Elétrico - DGSE- Ministério de Minas e Energia

Davi Antunes Lima

Superintendente de Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel

Saulo Cabral e Silva

Diretor Presidente da Neoenergia Pernambuco

Marcia Sandra

Presidente da Enel Distribuição Ceará

Arlene Costa Nascimento

Secretária da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica do Tribunal de Contas da União (Seinfraelétrica/TCU)

Ricardo Brandão

Diretor de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee

Anton Schwyter

Coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade e do Instituto de Defesa do Consumidor - Idec

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65282>

PLANOS DE SAÚDE

A Audiência Pública foi realizada com o intuito debater os reajustes dos planos de saúde.

Requerimento nº 08/2022 - Deputado Bira do Pindaré

Requerimento nº 10/2022 - Deputado Felipe Carreras

Requerimento nº 12/2022 Deputado Ivan Valente

Data: 14/06/2022

Expositores

Daniele Rodrigues Campos

Gerente Econômico, Financeiro e Atuarial dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS

Matheus Falcão

Advogado do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec

Sandro Leal Alves

Superintendente de Estudos e Projetos Especiais da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde

Marcos Novais

Economista Chefe da Associação Brasileira de Planos de Saúde – Abramge

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65267>

FECHAMENTO DE AGÊNCIAS DOS CORREIOS

A Audiência Pública foi realizada com o intuito debater o fechamento de agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Requerimento nº 32/2022 - do Deputado Delegado Antonio Furtado

Data: 14/12/2022

Expositores

Maria Fernanda Castro Velloso

Coordenadora de Monitoramento de Mercado da Coordenação-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon

Marcos Antonio Sant Aguida do Nascimento

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e Similares do Rio de Janeiro - Sintect/RJ

José Rivaldo da Silva

Secretário Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares – Fentect

Paula Fontes Guinatti

Superintendente Executiva da Diretoria de Negócios da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Francisco Kleicio Gonçalves do Nascimento

Aspar Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Elias Cesário de Brito

Vice-Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios e Telégrafos – Findect

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/66646>

ABERTURA DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS AOS SÁBADOS E DOMINGOS

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater a abertura de agências bancárias aos sábados e domingos.

Requerimento nº 62/2021 - do Deputado Ivan Valente

Data: 06/07/2022

Expositores

Amaury Oliva

Diretor de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação da Federação Brasileira de Bancos - Febraban

Marcelo Gonçalves

Representante da Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp - Afubesp

Ivone Maria da Silva

Presidente do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região - Seeb/SP

Moacir Carneiro da Costa

Diretor de Comunicação e Imprensa da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - Fenae

Alexandre Caso

Representante do Conselho Diretor do Grupo Executivo Nacional da Agenda Legislativa das Centrais Sindicais - GEAL

Nádia Vieira de Souza

Representante do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos - Dieese

Juvandia Moreira Leite

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - Contraf - CUT

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65468>

GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

A Audiência Pública foi realizada com o intuito debater “problemas relacionados à dificuldade de conexão de Geração Distribuída enfrentada pelo consumidor”.

Requerimento nº 20/2022 - Deputado Celso Russomano, subscrito pelos Deputados Jorge Braz, José Nelto, Gilson Marques e Daniel Almeida
Data: 22/06/2022

Expositores

Carlos Alberto Calixto Mattar

Superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel

Guilherme Susteras

Conselheiro da Associação Brasileira de Energia Elétrica Fotovoltaica - Absolar

Hewerton Martins

Presidente do Movimento Solar Livre

Tarcísio Augusto Dário

Diretor Adjunto do Centro-Oeste do Instituto Nacional de Energia Limpa - Inel

Arthur Rollo

Presidente do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor - Inadec

André Oswaldo

Diretor Comercial da Enel Brasil S.A.

Augusto Dantas Borges

Diretor-Presidente da CEA-Equatorial

Caius Vinicius Sampaio Malagoni

Diretor de Engenharia da CPFL Energia

Nilton Vessoni

Superintendente da Light

João Paulo Neves Baptista Rodrigues

Diretor de Relações Institucionais da Neoenergia Coelba

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65529>

TAXAS DE JUROS E COMBATE À INFLAÇÃO

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater as taxas de juros e os mecanismos de combate à inflação.

Requerimento nº 04/2022 - do Deputado Silvio Costa Filho

Data: 31/05/2022

Expositor

Roberto Campos Neto

Presidente do Banco Central do Brasil

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65329>

SOLICITAÇÃO DE EXAMES POR NUTRICIONISTAS

A Audiência Pública foi realizada com o intuito debater “Solicitação de exames por nutricionistas”.

Requerimentos nºs 01 e 18/2022 – Deputado Felipe Carreras

Data: 07/06/2021

Expositores:

Marly Correa Peixoto

Gerente de Cobertura Assistencial e Incorporação de Tecnologias em Saúde, representando a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

Manuela Dolinsky

Conselheira Federal e Diretora do Conselho Federal de Nutricionistas - CFN

Pedro Lucas Alves Ferreira

Representante da Federação Nacional dos Nutricionistas – FNN

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65212>

REAJUSTES DE COMBUSTÍVEIS E DE ENERGIA ELÉTRICA

A Audiência Pública foi realizada com o intuito debater “Reajustes dos preços de combustível e de energia elétrica”.

Requerimentos nº 05e 16/2022 - Deputado Silvio Costa

Data: 28/06/2021

Expositor:

Ministro Adolfo Sachsida

Ministério de Minas e Energia

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65769>

REAJUSTES DE PLANOS DE SAÚDE

A Audiência Pública foi realizada com o intuito debater “Reajustes dos preços de planos de saúde” e outros temas, realizada em conjunto com CFFC, CDDM e CTASP

Requerimento nº 24/2022 - Deputado Felipe Carreiras

Requerimento nº 01/2022 - Deputada Jandira Feghali;

Requerimento nº 08 e 16/2022 - Deputado Jorge Solla

Requerimento nº 06/2022 - Deputada Tabata Amaral

Requerimento nº 35/2022 - Deputado Elias Vaz

Requerimento nº 67/2022 - Deputado Bira do Pindaré;

Data: 05/07/2022

Expositor:

Ministro Marcelo Queiroga

Ministério da Saúde

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/65962>

CDC NA IMPRENSA

Cinco maiores bancos concentram 78% dos lucros do sistema bancário em 2021

Folha de São Paulo: 23/08/2022

Dos R\$ 132 bilhões de lucro líquido registrado no sistema bancário em 2021, 78% ficaram com os cinco maiores bancos do país –Itaú, Bradesco, Santander, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Segundo dados enviados pelo Banco Central a pedido da Folha, as cinco instituições tiveram, juntas, lucro líquido de R\$ 103,5 bilhões no ano passado. O volume total do sistema está no relatório de estabilidade financeira divulgado pela autoridade monetária no dia 9 de agosto.

BC não detalhou os números separados de cada um dos bancos em 2021, mas levantamento feito pela reportagem a partir das demonstrações contábeis das instituições financeiras mostra que, entre os principais bancos privados, o Itaú teve o maior lucro líquido contábil acumulado no último ano, com R\$ 24,9 bilhões.

O Bradesco, por sua vez, registrou R\$ 21,9 bilhões de lucro líquido contábil em 2021, e o Santander fechou o último ano com lucro líquido societário de R\$ 14,988 bilhões. Já o Banco do Brasil reportou que, na visão societária, o lucro líquido de 2021 totalizou R\$ 19,7 bilhões; a Caixa registrou R\$ 17,2 bilhões no acumulado do último ano.

O montante total de acordo com os dados dos balanços equivale a R\$ 98,8 bilhões. Os dados do BC têm ajustes feitos pela autoridade monetária para eliminar eventos não recorrentes nos balanços das instituições de maior porte.

Procurados, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Santander disseram que a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) se pronunciaria em nome das instituições. A Caixa respondeu que não iria se manifestar.

Segundo a Febraban, o atual nível de lucro do setor bancário está retornando ao patamar pré-pandemia. "A rentabilidade do setor bancário, em média, está alinhada com a realidade de outros setores da economia brasileira", disse.

Quanto à concentração, a entidade afirmou que, no Brasil, o setor bancário é "extremamente competitivo e aberto à entrada de novos concorrentes, tanto locais como estrangeiros" e que não existem barreiras regulatórias que impeçam o ingresso de novos participantes.

"Há muita confusão entre concentração e falta de competição. A atividade bancária, como outras que exigem elevados volumes de capital, tem maior grau de concentração, em especial no chamado varejo bancário. Mas, no caso do mercado brasileiro, o nível de concentração é considerado moderado, como o próprio Banco Central reconhece", disse. Segundo o relatório de estabilidade financeira do BC, o sistema financeiro brasileiro tem hoje 136 instituições bancárias, sem considerar instituições de pagamento. A concentração bancária já foi motivo de críticas do ministro Paulo Guedes (Economia), que, em videoconferência promovida em maio de 2020, disse que "200 milhões de trouxas" são explorados por seis bancos.

A economista Carla Beni, professora de MBAs da FGV (Fundação Getúlio Vargas), afirma que a concentração do setor tem raízes históricas no Brasil e foi iniciada durante a ditadura militar. "Havia um ideal de que concentrando se ganhava em escala e isso poderia reduzir o custo para o tomador final. Essa ideia veio sendo carregada inclusive depois da democratização", disse.

Nas últimas décadas, contribuíram para a concentração o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a liquidação de bancos estaduais e a fusão de instituições. O alto investimento com o avanço da tecnologia também colaborou para a centralização.

"A concentração bancária em outros países acontece, mas a concentração bancária no Brasil é um instrumental de enriquecimento disfuncional", afirmou Beni.

A especialista, contudo, vê um esforço de atuação do BC para mudar o cenário com a regulamentação das fintechs, a criação do open banking e o lançamento do open finance – sistema que propõe a ampliação do compartilhamento de dados pessoais, bancários e financeiros entre instituições, mediante autorização prévia do cidadão. Olhando para um universo mais amplo no mercado financeiro, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou em maio que, com a ascensão das fintechs nos últimos anos, houve redução do índice de concentração.

"Nós diminuímos a concentração bancária de 81,2% em 2018 para 77,6% em 2020. O dado de 2022 deve estar perto de 71%", disse Campos Neto em audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor, realizada na Câmara dos Deputados.

O relatório de estabilidade financeira do BC também mostrou que o montante de R\$ 132 bilhões foi 49% superior ao lucro líquido registrado pelos bancos em 2020, em período afetado pela pandemia, e 10% acima do observado em 2019. O crescimento da margem de juros (a taxa básica saltou de 2% a 9,25% ao ano em 2021), a redução de despesas com provisões e ganho de eficiência são os três fatores que explicam o resultado obtido pelas instituições no ano passado, de acordo com o documento.

Para 2022, o BC aponta que os lucros dos bancos tendem a crescer em ritmo mais lento, ainda que a rentabilidade do sistema deva se manter resiliente. "O cenário para 2022 é de atividade econômica mais fraca, menor crescimento do crédito, normalização da inadimplência, e de custo de captação e operacional mais altos. Esses elementos representam obstáculos para a evolução da rentabilidade à frente", afirmou.

O relatório também trouxe que, mesmo com o Pix ganhando mais relevância no sistema financeiro ao longo do último ano, as receitas dos bancos com serviços cresceram 10% na comparação entre 2021 e 2020, impulsionadas pela melhora da atividade econômica.

Para reduzir golpes com Pix, BC quer responsabilizar bancos por ‘contas laranjas’

InfoMoney: 01/07/2022

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, disse que pretende responsabilizar bancos que possuam “contas laranjas”, aquelas abertas por criminosos em nome de clientes, a fim de reduzir os golpes envolvendo o Pix, sistema de pagamento instantâneo.

“A gente está apertando o máximo possível para que os bancos não tenham capacidade de ser hospedeiros de ‘conta laranja’ ou conta intermediária”, disse Campos Neto durante audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados.

“Inclusive a gente vai começar a fazer um processo em que os bancos serão responsabilizados se for feita uma fraude de Pix e eles tiverem uma conta laranja”. O InfoMoney procurou o BC para obter mais detalhes sobre o procedimento, mas, a assessoria de imprensa da autoridade monetária afirmou não ter “informações adicionais para além do que disse o presidente”.

Contas laranjas são falsas e criadas por criminosos a partir de dados de vítimas para receber dinheiro de outras pessoas também alvo de golpes. Elas são usadas para transferir recursos para novas contas após tomar empréstimos, por exemplo, deixando as vítimas com as dívidas.

Um problema sistêmico envolve os golpes com o Pix, a chamada engenharia social, que é quando o criminoso engana a vítima e, a partir de informações confidenciais passadas por ela, consegue fazer transações de Pix utilizando o banco. Na engenharia social, não houve falha nem do sistema tecnológico tampouco do Pix. E é por causa destes casos, que as instituições financeiras veem uma brecha para não se responsabilizarem por ressarcimentos de valores aos clientes afetados.

A medida pretendida por Campos Neto pode ser uma saída às vítimas de golpes com uso de contas falsas. A preocupação com a segurança nas transações via Pix só cresce, e o próprio BC já criou funcionalidades para minimizar golpes, outros crimes e até sequestros envolvendo a ferramenta.

É possível cancelar limite, permitir Pix apenas para quem está pré-cadastrado, ajustar horários em que o Pix é permitido, entre outras funções. Um outro recurso permite que uma operação identificada como suspeita para o banco seja retida por até 72 horas por precaução. O BC também determinou o limite de R\$ 1.000 para transações em canais digitais com Pix e TED entre pessoas físicas realizadas entre 20h e 6h.

Em março (último dado mensal disponível), o Pix alcançou a marca de 1,6 bilhão de transações, o maior nível da série iniciada em novembro de 2020. Foram movimentados R\$ 784,7 bilhões no mês, também um recorde desde o lançamento do serviço.

Aneel reconhece que privatização da Eletrobrás aumentará preços da energia

Congresso em Foco: 01/06/2022

Em audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (1º), o superintendente de Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Davi Antunes Lima, afirmou que a privatização da Eletrobrás trará um aumento na conta de energia para o consumidor.

Questionado pelo deputado Danilo Cabral (PSB-PE) se a privatização aumentaria os custos para o consumidor, Antunes Lima respondeu que “contratar térmica, para fazer um gasoduto para construir uma térmica e, depois, fazer linha de transmissão para trazer essa energia de volta para onde tem o consumo, não é barato, não vai trazer modicidade tarifária”.

Questionado se a afirmação era um ‘sim ou não’, o superintendente da Aneel afirmou: “pode dar aumento sim, por conta dessas fontes mais caras”. O processo de privatização da Eletrobras foi aprovado no último dia 18 pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Com a desestatização, o governo federal deverá ter a sua participação na Eletrobras reduzida para 40%.

Apenas o ministro Vital do Rêgo votou contrário à desestatização. Durante o julgamento do processo, o ministro que era o revisor da matéria, apresentou seis supostas ilegalidades no plano de privatização da estatal.

“São afrontas diretas a leis. Sem se falar em inobservância a normativos infralegais e à própria Constituição Federal, além de descumprimento de acórdão e de jurisprudência do TCU”, destaca o ministro em seu voto. “A desestatização não pode continuar sem a resolução dessas ilegalidades”.

Presidente do BC defende altas da taxa de juros para conter a inflação

Metrópoles: 31/05/2022

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, defendeu as sucessivas elevações da taxa básica de juros (Selic) como medida para conter a disparada da inflação. Em audiência pública na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (31/5), Campos Neto justificou a declaração com o impacto da inflação sobre os mercados de energia e alimentos. “Algumas pessoas podem dizer que, se é uma inflação de energia e alimentos, o Banco Central não deveria estar subindo os juros porque são elementos muito voláteis que eventualmente vão cair. O problema é que, quando você tem elementos voláteis que ficam com um preço alto por muito tempo, eles começam a contaminar o resto da cadeia e os núcleos começam a subir”, explicou.

Campos Neto destacou que o país enfrenta uma inflação “contaminada e muito alta”. Campos Neto participou de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, que teve como pauta o aumento da Selic — principal instrumento de política monetária nacional — e ações para

No acumulado em 12 meses até abril, o IPCA (índice oficial de inflação) ficou em 12,13%, maior nível desde outubro de 2003 (13,98%). Na semana passada, o IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15) atingiu 12,20%, com elevação de 0,59% em maio, ante alta de 1,73% no mês anterior, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador veio acima do esperado pelo mercado.

Privatização da Petrobras em si não é bala de prata, diz Sachsida

CNN: 28/06/2022

Apesar de admitir posição favorável à privatização da Petrobras, o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, afirmou que a venda da estatal não é uma “bala de prata” para melhorias na Petrobras em relação às pressões que a companhia tem sofrido nos últimos meses.

“Sobre privatização (Petrobras): acho que a privatização em si não é bala de prata. O importante para o consumidor é gerar competição. Quando gera competição, os ganhos para o consumidor são muito grandes”, disse o ministro nesta terça-feira (28) ao ser questionado sobre o tema em audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados.

Sachsida ainda reforçou que a sua posição, em favor da privatização da Petrobras, não representa a decisão do governo.

“A decisão, a solução de privatizar ou não uma empresa é uma decisão do presidente da República, que não tomou essa decisão, junto ao Congresso Nacional. E essa decisão não foi tomada. Não é uma decisão de um burocrata igual eu. Essa discussão ainda não começou e não há nada no Congresso sugerindo essa discussão no momento”, observou. Na mesma linha, ele reforçou que uma possível alteração da política de Preço de Paridade de Importação (PPI) não poderia ser feita pelo Executivo. “O MME não tem chance nenhuma de alterar o PPI. Eu, ministro de minas e energia, e o presidente Bolsonaro não temos prerrogativa legal para mudar o PPI. O PPI é uma decisão única e exclusivamente da Petrobras”.

O ministro se posicionou ainda contrário a outras soluções citadas pelos deputados como a reestatização de refinarias e a taxação da exportação de petróleo.

Questionado sobre ações do governo para que a redução de tributos sobre combustíveis seja sentida no bolso do consumidor de forma mais rápida, Sachsida destacou uma conversa realizada com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e com distribuidoras brasileiras para possibilitar o uso de uma modalidade de consignação na compra do combustível.

Ele também comentou sobre a troca no comando da Petrobras. “Escolhi uma pessoa que teve sucesso em um mercado que eu considero o mais difícil do mundo hoje: o mercado de TI, tecnologia da informação. [...] Acredito que essa pegada dele [Caio Paes de Andrade] de tecnologia da informação, de gestão, de competição, vai fazer muito bem à Petrobras”.

RELATORIAS

PROPOSIÇÕES DESIGNADAS EM 2023

Relator: André Ferreira

- PL 47/2019** FRED COSTA - Dispõe sobre o monitoramento dos serviços comerciais de banho e tosa de animais domésticos e de pequeno e grande porte.
Data de designação: 11/05/2022
- PL 4366/2021** ANGELA AMIN - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) explique periodicamente, em linguagem acessível à população, as variações no valor das tarifas de energia elétrica.
Data de designação: 04/05/2022
- PL 3219/2021** JULIO LOPES - Dispõe sobre norma geral relativa à medição de consumo de água nas novas unidades de edificações residenciais e comerciais de caráter condominial.
Data de designação: 11/05/2022
- PL 10909/2018** CLEBER VERDE - Acrescentar o parágrafo único ao Art. 17, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Data de designação: 17/05/2022

Relator: Aureo Ribeiro

Relatório anual - 2022

PL 2968/2021	ALEXANDRE FROTA - Altera a Lei 12.587 de 3 de janeiro de 2012 para inserir o artigo 14 A e dá outras providencias Data de designação: 17/05/2022
PL 90/2020	SENADO FEDERAL - Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto alimentício obtido por meio de método de alimentação forçada de animais. Data de designação: 09/06/2022
PL 518/2019	LINCOLN PORTELA - Altera o art. 67 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para aumentar a pena cominada. Data de designação: 11/05/2022
PL 9084/2017	VAIDON OLIVEIRA - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a aplicação do sistema de bandeiras tarifárias. Data de designação: 11/05/2022
PL 4751/2019	SEBASTIÃO OLIVEIRA - Dispõe sobre a reorganização dos serviços das empresas de serviço continuados e dá outras providencias Data de designação: 17/05/2022
PL 3101/2019	CÁSSIO ANDRADE - Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, de forma a contribuir para a modicidade de preços ao usuário do transporte aéreo, sobretudo em locais de difícil acesso ou com limitadas opções transporte. Data de designação: 11/05/2022

Relator: Bira do Pindaré

PL 5128/2013 DIMAS FABIANO - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que as ligações telefônicas locais e interurbanas sejam cobradas por chamada.
Data de designação: 17/05/2022

PL 5160/2020 ORLANDO SILVA - Inclui no Capítulo IV, Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos, da Lei 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, a Seção VI, da Responsabilidade Civil do Fornecedor de Produtos e Serviços por Práticas Racistas e Equiparadas.
Data de designação: 11/05/2022

PL 6457/2019 EDNA HENRIQUE - Obriga a disponibilização gratuita de lupas de aumento para utilização pelos consumidores nos estabelecimentos comerciais que especifica.
Data de designação: 17/05/2022

Relator: Bozzella

PL 1669/2020 LUIS TIBÉ - Altera o Decreto-lei nº 73, de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, para proibir a exoneração da responsabilidade das Seguradoras em caso de epidemia.
Data de designação: 11/05/2022

- PL 4280/2021** GUSTAVO FRUET - Altera a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, para dispor sobre a prestação de informações aos usuários com relação à interrupção de serviços públicos.
Data de designação: 04/05/2022
- PL 918/2022** AJ ALBUQUERQUE - Cria o Parágrafo Único do Artigo 19 da Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, excluindo a incidência de acréscimos por meio de bandeira tarifária do consumo de energia elétrica ativa a ser faturada para consumidor-gerador de energia por microgeração e minigeração distribuída através de matriz eólica ou solar, quando da apuração a que se refere o artigo 12 da presente Lei.
Data de designação: 02/05/2022
- PFC 38/2019** MARA ROCHA - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, auxiliada pelo Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle nos atos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - para auditar o processo de reajuste da ELETROACRE após o leilão da distribuidora para o Grupo Energisa.
Data de designação: 11/05/2022
- PL 5187/2020** SENADO FEDERAL - Institui crédito aos consumidores de energia elétrica do Estado do Amapá que tiveram suprimento de energia interrompido em razão do incidente ocorrido no dia 3 de novembro de 2020, na subestação de Macapá; obriga a instalação de mecanismo de segurança nos Estados produtores de energia elétrica; e institui crédito e indenização aos consumidores de energia elétrica dos Estados e do Distrito Federal que tiverem o suprimento de energia interrompido com indicadores de continuidade que caracterizem calamidade pública
Data de designação: 11/05/2022

Relator: Celso Russomanno

PL 908/2021 ALINE GURGEL - Altera a Lei n.º 12.974, de 15 de maio de 2014, que "Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo", para disciplinar a responsabilidade nas intermediações de atividades de turismo.

Data de designação: 17/05/2022

PL 391/2022 NATÁLIA BONAVIDES - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para proibir a prática de diferenciar preços de produtos similares com base no gênero e na orientação sexual do consumidor e da consumidora, e dá outras providências.

Data de designação: 04/05/2022

Relator: Daniel Almeida

PL 224/2022 ADRIANA VENTURA - Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 para tornar expresso o dever de indicação de nome, cargo ou função e matrícula do agente público responsável pela produção da informação.

Data de designação: 04/05/2022

PL 987/2022 PASTOR EURICO - Permite o enchimento fracionado de botijões de gás de cozinha no Brasil, quebra o oligopólio e a cartelização do setor e estabelece o livre mercado, que favorecerá a redução dos preços do gás de cozinha, favorecendo o povo brasileiro.

Data de designação: 04/05/2022

PL 283/2022 CAPITÃO ALBERTO NETO - Altera o inciso VII do caput do art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para enunciar que, nos termos que especifica, são nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que determinem a utilização compulsória da mediação ou outra forma de autocomposição de conflitos.
Data de designação: 04/05/2022

Relator: Daniel Trzeciak

PL 3972/2021 ALEXANDRE FROTA - Estabelece o tabelamento de preços dos medicamentos quimioterápicos, em estabelecimentos privados habilitados em oncologia devendo obedecer ao limite do teto aplicado na Tabela da CMED, nos moldes estabelecidos para o consumidor final.
Data de designação: 18/05/2022

PL 1108/2020 FELIPE CARRERAS - Dispõe sobre o funcionamento da rede privada de educação durante períodos de calamidade pública e dá outras providências.
Data de designação: 11/05/2022

PL 1215/2021 DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Altera a Lei nº 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre prazos para tratamento de neoplasias malignas.
Data de designação: 11/05/2022

Relator: Delegado Antônio Furtado

PL 128/2022 MAURÍCIO DZIEDRICKI - Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, para dispensar o uso de taxímetro se o preço do serviço puder ser definido por meio de aplicativos ou outras plataformas digitais.

Data de designação: 04/05/2022

PL 497/2019 RAFAEL MOTTA - Assegura ao consumidor, o direito de livre escolha da oficina em casos de cobertura dos danos em veículo por seguradora.

Data de designação: 11/05/2022

PL 100/2022 FLÁVIO NOGUEIRA - Obriga toda publicidade que promova a venda de veículos automotivos a incorporar texto visível ou gravação sonora que indique a necessidade de se obedecer aos limites de velocidade vigentes no País.

Data de designação: 04/05/2022

PL 1795/2019 JULIAN LEMOS - Obriga fabricantes de equipamentos eletrônicos de comunicação e informática que especifica a divulgarem alerta sobre possíveis danos à saúde de crianças, decorrentes de seu uso prolongado e ininterrupto.

Data de designação: 11/05/2022

Relator: Denis Bezerra

PL 1360/2022 DANIELA DO WAGUINHO - Dispõe sobre o custo de disponibilidade do sistema elétrico a ser pago pelas unidades consumidoras.

Data de designação: 09/06/2022

- PL 6263/2019** FELIPE CARRERAS - Altera a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências", para disciplinar a rotulagem de produtos orgânicos e integrais.
Data de designação: 11/05/2022
- PL 2484/2021** ANDRÉ DE PAULA - Institui a obrigatoriedade de incluir nos produtos alimentares livres de glúten o símbolo do Grão Cruzado (Brasil) na parte da frente do produto.

NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 10.674, de 16 de maio de 2003, para facultar a inclusão de símbolo gráfico nos rótulos e nas embalagens dos alimentos industrializados livres de glúten e criar o selo Empresa Amiga das Pessoas com Doença Celíaca.
Data de designação: 11/05/2022
- PDL 117/2022** LÍDICE DA MATA - Susta os efeitos da aplicação do Decreto 11.034, de 5 de abril 2022, que "Regulamenta a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor".
Data de designação: 02/06/2022
- PL 1307/2022** EDUARDO BISMARCK - Dispõe sobre a obrigação da concessionária e permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica realizar a conexão das instalações da unidade consumidora ao sistema de distribuição.
Data de designação: 09/06/2022

Relator: Efraim Filho

- PL 11166/2018** HELDER SALOMÃO - Altera a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, a fim de limitar as operações de arrendamento imobiliário ao ex-proprietário e ao ocupante de imóvel arrematado, adjudicado ou recebido em dação em pagamento por força de financiamentos habitacionais.
Data de designação: 11/05/2022
- PL 9255/2017** ERIKA KOKAY - Acrescenta novo § 4º ao art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para permitir a alteração, por parte do consumidor, da data de vencimento de contrato de crédito por ele celebrado.
Data de designação: 17/05/2022
- PFC 2/2015** WELITON PRADO - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle com vistas a auditar os processos de definição das cotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2015, a serem pagas por todos os agentes comercializadores de energia ao consumidor final, mediante encargo nas tarifas de energia, bem como o de definição do aumento das bandeiras tarifárias em índices exorbitantes e apenas um mês depois de começarem a ser aplicadas.
Data de designação: 11/05/2022
- PFC 16/2019** WELITON PRADO - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle referente ao processo de reajuste tarifário da Cemig no ano de 2019, que resultou em mais um aumento para os consumidores em índices acima da inflação, bem como referente aos investimentos que a empresa diz ter realizado.
Data de designação: 11/05/2022

PFC 12/2019

WELITON PRADO - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle com vistas a apurar denúncias de indícios de irregularidades no cumprimento dos contratos de concessão das rodovias federais em Minas Gerais, existência da "farra dos pedágios" e possível enriquecimento ilícito por parte das empresas concessionárias.

Data de designação: 11/05/2022

Relator: Eli Borges

PFC 145/2017

WELITON PRADO - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle dos atos da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - sobre a inclusão das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e das Tarifas de Utilização do Sistema de Distribuição (TUSD) na base de cálculo do ICMS nas faturas de energia elétrica cobradas pela Cemig, contrariando a Legislação e a Constituição Federal.

Data de designação: 11/05/2022

Relator: Eli Corrêa Filho

PL 1043/2019

DAVID SOARES - Dispõe sobre a abertura de agências bancárias aos sábados e domingos.

Data de designação: 17/05/2022

PL 10909/2018 CLEBER VERDE - Acrescentar o parágrafo único ao Art. 17, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Data de designação: 23/11/2022

PL 600/2021 BOSCO SARAIVA - Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir o uso de grampos galvanizados nas embalagens de produtos alimentícios.

Data de designação: 11/05/2022

Relator: Felipe Carreras

PFC 25/2022 SILVIO COSTA FILHO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor fiscalize a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a respeito de sua atuação regulatória e fiscalizatória sobre as operadoras de planos de saúde, em especial sobre o acatamento sem questionamentos dos reajustes abusivos dos planos de saúde.

Data de designação: 06/07/2022

PL 67/2022 LEDA SADALA - Acrescenta o inciso V I a o art. 206, §1º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Data de designação: 04/05/2022

PFC 75/2016 MARCOS ROTTA - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, fiscalize, com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, as ações da Agência Nacional

de Telecomunicação - ANATEL acerca da implementação de limitação de acesso à internet fixa.

Data de designação: 11/05/2022

PL 78/2020

PATRICIA FERRAZ - Altera dispositivo da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para regular a gratuidade de bagagem a menores.

Data de designação: 11/05/2022

PL 3807/2019

SENADO FEDERAL - Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar a venda remota de ingressos para a pessoa com deficiência e seu acompanhante.

Data de designação: 04/05/2022

Relator: Flávio Nogueira

PL 5781/2019

AFONSO MOTTA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de cláusula específica nos contratos de prestação de serviços educacionais informando aos consumidores sobre a regularidade da instituição e do curso oferecido em relação ao MEC.

Data de designação: 11/05/2022

PL 631/2022

EDUARDO DA FONTE - Altera as Leis nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para dispor sobre a multa para a suspensão de serviços públicos após adimplemento do usuário.

Data de designação: 04/05/2022

Relatório anual - 2022

- PL 4066/2021** CARLOS BEZERRA - Acrescenta § único ao art. 725 do código civil, isentando o adquirente do ônus da comissão de corretagem ao adquirir imóvel.
Data de designação: 04/05/2022
- PL 2537/2019** JUNINHO DO PNEU - Obriga o aviso sobre o reconhecimento facial em estabelecimentos comerciais.
Data de designação: 09/06/2022
- PL 345/2022** OTONI DE PAULA - Obriga a manutenção, reinscrição ou disponibilização das informações originalmente inscritas pelos fabricantes de pneus que tenham servido de carcaça para a produção de pneus remoldados.
Data de designação: 04/05/2022

Relator: Gilson Marques

- PL 477/2022** PAULO RAMOS - Assegura ao consumidor de energia incluído no Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) as mesmas condições de seu acesso original em caso de novas unidades participantes.
Data de designação: 04/05/2022
- PL 5159/2016** LINCOLN PORTELA - Acrescenta parágrafo único ao art. 70 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária a afixarem, em local visível ao público, o número telefônico da autoridade sanitária.
Data de designação: 11/05/2022

PL 3500/2019 ALTINEU CÔRTEZ - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a cobrança de juros e demais encargos em dívidas inscritas em Sistemas de Proteção ao Crédito.
Data de designação: 04/05/2022

PL 4365/2019 EDNA HENRIQUE - Obriga o fornecedor que ofereça serviço de entrega de refeições em domicílio a informar aos consumidores os respectivos preços cobrados nos estabelecimentos físicos.
Data de designação: 09/06/2022

Relator: Ivan Valente

PL 5616/2020 WOLNEY QUEIROZ - Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969 e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre regras para rotulagem de alimentos
Data de designação: 11/05/2022

Relator: Jorge Braz

PL 26/2019 WELITON PRADO - Estabelece o limite máximo de quinze minutos para a veiculação de propagandas antes do início dos filmes exibidos nas salas de cinema.
Data de designação: 11/05/2022

Relatório anual - 2022

- PL 4096/2019** JUNINHO DO PNEU - Obriga as empresas comunicarem sobre o fim das promoções vigentes nos contratos.
Data de designação: 17/05/2022
- PL 203/2022** FRANCISCO JR. - Dispõe sobre a obrigação das concessionárias prestadoras de serviço de fornecimento de energia elétrica dos Estados e do Distrito Federal, de ofertarem aos consumidores, por meio da internet, dados referentes ao consumo de energia elétrica e dá outras providências.
Data de designação: 04/05/2022
- PL 9387/2017** WALTER ALVES - Altera o inciso XIX do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para assegurar, ao usuário de serviços de energia elétrica, retorno da Aneel quanto às providências adotadas junto às operadoras em caso de reclamações e denúncias.
Data de designação: 11/05/2022
- PL 1591/2020** SENADO FEDERAL - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir, como cláusula abusiva, o cadastramento do consumidor, sem sua autorização expressa, em programa promocional.
Data de designação: 11/05/2022
- PL 4341/2021** NEREU CRISPIM - Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendentes em locais de atendimento ao público.
Data de designação: 04/05/2022

Relator: José Nelto

PL 4071/2021 MARIANA CARVALHO - Assegura ao consumidor a realização de saques, pagamentos e transferências em qualquer agência da instituição financeira de que seja correntista, nos mesmos limites individuais autorizados junto à agência de cadastro ou de relacionamento para as referidas operações.
Data de designação: 11/05/2022

Relator: Márcio Marinho

PL 3281/2019 VINICIUS CARVALHO - Altera o parágrafo único do art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para atualizar o valor da pena de multa.
Data de designação: 11/05/2022

Relator: Marx Beltrão

PL 631/2021 ALEXANDRE FROTA - "Estabelece norma para o reajuste dos aluguéis residenciais, não residenciais e comerciais, e dá outras providências."
Data de designação: 11/05/2022

PL 871/2022 MÁRCIO LABRE - Dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.
Data de designação: 04/05/2022

- PL 134/2022** PEDRO LUPION - Dispõe sobre o Sistema de Informação da Qualidade do Diesel B ao Consumidor Final e dá outras providências.
Data de designação: 04/05/2022
- PL 613/2020** LUCIANO DUCCI - Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro 1986, a Lei 11.771, de 17 setembro 2008, e dá outras providências.
Data de designação: 17/05/2022
- PL 1358/2022** CELSO SABINO - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer diretriz para o estabelecimento da tarifa de uso do sistema de transmissão.
Data de designação: 09/06/2022
- PFC 145/2017** WELITON PRADO - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle dos atos da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - sobre a inclusão das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e das Tarifas de Utilização do Sistema de Distribuição (TUSD) na base de cálculo do ICMS nas faturas de energia elétrica cobradas pela Cemig, contrariando a Legislação e a Constituição Federal.
Data de designação: 09/06/2022
- PL 6522/2019** RUY CARNEIRO - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para limitar em três meses o prazo máximo para que as concessionárias e permissionárias do serviço de distribuição de energia elétrica efetuem a cobrança de valores faturados a menor relativos a unidades consumidoras atendidas em baixa tensão.
Data de designação: 18/05/2022

Relator: Nereu Crispim

PL 400/2020

EDNA HENRIQUE - Dispõe sobre a obrigatoriedade do cancelamento da multa de fidelidade inserida no contrato firmado com consumidor dos serviços de telefonia fixa e móvel, quando esse perder o vínculo empregatício após a adesão ao respectivo contrato.

Data de designação: 11/05/2022

PL 6387/2013

SEVERINO NINHO - Dispõe sobre a apresentação de planilhas de custos de gestores de estacionamentos nos estabelecimentos que especifica.

Data de designação: 11/05/2022

PL 1170/2022

GUIGA PEIXOTO - Revoga a Lei nº 12.291, de 20 de julho de 2010, que “Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços”.

Data de designação: 18/05/2022

Relator: Pedro Augusto Bezerra

PL 3193/2021

HILDO ROCHA - Dispõe sobre a adequação das tensões em regime permanente nos pontos de conexão à rede de distribuição de energia elétrica das unidades consumidoras atendidas em tensão igual ou inferior a 69 quilovolts.

Data de designação: 11/05/2022

- PL 4066/2021** CARLOS BEZERRA - Acrescenta § único ao art. 725 do código civil, isentando o adquirente do ônus da comissão de corretagem ao adquirir imóvel.
Data de designação: 17/05/2022
- PL 6522/2019** RUY CARNEIRO - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para limitar em três meses o prazo máximo para que as concessionárias e permissionárias do serviço de distribuição de energia elétrica efetuem a cobrança de valores faturados a menor relativos a unidades consumidoras atendidas em baixa tensão.
Data de designação: 11/05/2022

Relator: Professora Dayane Pimentel

- PL 4082/2021** FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Dispõe sobre a faculdade do consumidor que adquiere um veículo com garantia de realizar as manutenções obrigatórias fora da concessionária autorizada.
Data de designação: 04/05/2022
- PL 6448/2013** SENADO FEDERAL - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para definir medicamento de uso contínuo e determinar que os seus fabricantes incluam, na embalagem do produto, advertência acerca do encerramento de sua produção.
Data de designação: 11/05/2022

Relatório anual - 2022

PL 2701/2019

VALTENIR PEREIRA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar ao fornecedor de produtos como aparelhos sonoros, fones de ouvido, caixas de som, e similares, sobre os riscos da exposição excessiva a altos volumes de som ou ruídos.

Data de designação: 09/06/2022

PL 436/2021

BOCA ABERTA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndolas específica para a exposição à venda de matérias perfuro cortantes para fins em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimento similares.

Data de designação: 11/05/2022

PL 260/2021

ROBERTO DE LUCENA - Dispõe sobre normas para a comercialização de Pão Integral, e fixa outras providências.

Data de designação: 11/05/2022

Relator: Ricardo Teobaldo

PL 4579/2019

LÉO MORAES - Estabelece que a taxa de juros cobrada no cheque especial não pode superar a taxa cobrada em operações de crédito pessoal sem garantia.

Data de designação: 09/06/2022

PL 128/2022

MAURÍCIO DZIEDRICKI - Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, para dispensar o uso de taxímetro se o preço do serviço puder ser definido por meio de aplicativos ou outras plataformas digitais.

Data de designação: 09/06/2022

Relator: Sérgio Brito

PFC 173/2018

WELITON PRADO - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União TCU, ato de fiscalização e controle com vistas a auditar o processo de reajuste das tarifas do Metrô pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), bem como os valores arrecadados com os bilhetes comprados pelos usuários do Metrô e os custos dos serviços em cada capital que a CBTU atua.

Data de designação: 11/05/2022

PL 5361/2020

JUNINHO DO PNEU - Dispõe sobre a distância mínima, nas salas de projeção cinematográfica, entre a tela de projeção e a primeira fileira de poltronas.

Data de designação: 11/05/2022

Relator: Silvio Costa Filho

PL 5559/2020

NICOLETTI - Dispõe sobre o agendamento online para marcação de atendimento pessoal nas agências bancárias em todo o país.

Data de designação: 11/05/2022

PL 4417/2020

GLAUSTIN DA FOKUS - Estabelece a obrigação de restituição aos segurados, de parte dos prêmios de seguros pagos às Sociedades Seguradoras, em virtude da pandemia do Coronavírus - Covid-19.

Data de designação: 18/05/2022

- PL 4403/2021** FELIPE RIGONI - Acresce dispositivo à Lei N° 8.078, de 11 de dezembro de 1990, para dispor alternativa à prestação impressa de informações relativas a produtos ou serviços.
Data de designação: 03/05/2022
- PL 4119/2021** NEREU CRISPIM - Dispõe sobre procedimentos para autorização de débitos em conta de depósitos e em conta-salário.
Data de designação: 04/05/2022
- PL 1635/2021** DRA. SORAYA MANATO - Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre a obrigação das instituições de pagamento de informar, nas faturas dos instrumentos de pagamento por elas emitidas, os dados que especifica para a identificação do recebedor do pagamento.
Data de designação: 17/05/2022
- PL 1264/2021** CARLOS BEZERRA - Acrescenta o inciso XVII ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir no rol de práticas consideradas abusivas a restrição da responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil.
Data de designação: 11/05/2022
- PL 3598/2021** CARLOS BEZERRA - Altera a Lei nº 11.649, de 4 de abril de 2008, para vedar a cobrança de prestações de arrendamento mercantil após furto ou roubo do veículo automotivo que esteja garantido por contrato de seguro.
Data de designação: 11/05/2022

Relatório anual - 2022

PL 3592/2020	<p>WOLNEY QUEIROZ - Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para estabelecer a obrigatoriedade de os postos revendedores de combustíveis automotivos informarem as especificações técnicas da gasolina comercializada e dá outras providências</p> <p>Data de designação: 11/05/2022</p>
PL 6280/2019	<p>FLAVIANO MELO - Acrescenta parágrafos ao art. 53, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para assegurar o direito à compensação ao devedor que efetuar o pagamento de prestações na ordem inversa dos seus vencimentos.</p> <p>Data de designação: 17/05/2022</p>
PL 3844/2019	<p>MÁRIO HERINGER - Altera a Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, para estabelecer critérios para a revenda de veículos automotores adquiridos por venda direta.</p> <p>Data de designação: 25/05/2022</p>
PL 2622/2022	<p>DOMINGOS NETO - Dispõe sobre a segurança de aplicativos bancários para dispositivos móveis.</p> <p>Data de designação: 30/11/2022</p>
PLP 9/2022	<p>AUREO RIBEIRO - Dispõe sobre a emissão da moeda nacional no formato digital e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 04/05/2022</p>
PFC 32/2019	<p>AUREO RIBEIRO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, juntamente com o Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle no Programa Farmácia Popular a fim de apurar a implementação das sugestões</p>

feitas pelos órgãos controle para minorar o risco de fraudes e desvios de recursos públicos

Data de designação: 11/05/2022

PL 1087/2019

AMARO NETO - Obriga os estabelecimentos comerciais que utilizem caixa registradora com monitor a dispor a tela de forma que o cômputo das compras seja visível ao consumidor.

Data de designação: 11/05/2022

PFC 49/2019

FELIPE CARRERAS - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize Proposta de Fiscalização e Controle - PFC para, juntamente com o Tribunal de Contas da União - TCU, promover fiscalização operacional na Secretária Especial da Cultura do Ministério do Turismo, sobre recursos arrecadados pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD e sua distribuição.

Data de designação: 09/06/2022

PL 641/2022

IGOR TIMO - Obriga os postos revendedores de combustíveis automotivos a divulgarem informações sobre quantidade e preço de seus estoques, assim como a reajustarem seus preços de modo proporcional à variação dos valores repassados pelas refinarias.

Data de designação: 04/05/2022

Relator: Vinicius Carvalho

PL 3844/2019

MÁRIO HERINGER - Altera a Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, para estabelecer critérios para a revenda de veículos automotores adquiridos por venda direta.

Data de designação: 22/11/2022

PL 1954/2022

CARLOS VERAS - Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor.

Data de designação: 23/11/2022

Relator: Weliton Prado

PL 2483/2019

MARIANA CARVALHO - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o prazo de vencimento para realização de compra em sites de compras coletivas.

Data de designação: 11/05/2022

PFC 73/2021

EDUARDO DA FONTE - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), realize ato de fiscalização e controle para apurar eventuais prejuízos aos consumidores cativos em razão de erros de cálculo de produção de energia e compensações por frustração de geração hidrelétrica, decorrentes da programação de geração de energia de Belo Monte e oriundo de atraso na entrada em operação de linhas de transmissão.

Data de designação: 04/05/2022

PL 2425/2019

JULIO CESAR RIBEIRO - Dispõe sobre a obrigatoriedade da concessão de descontos no custo de serviços de alimentação aos consumidores que tenham se submetido à gastroplastias.

Data de designação: 11/05/2022

Relator: Wolney Queiroz

PL 6456/2019

EDNA HENRIQUE - Acrescenta o art. 5º-A à Lei nº 12.007, de 29 de julho de 2009, para obrigar o empresário administrador de imóveis a dar mensalmente quitação de débito adimplido a locadores, locatários e condôminos.

Data de designação: 09/06/2022

EMENDAS

EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Emenda de Apropriação nº 1/2022

Ementa: Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC)

Âmbito: Nacional

Valor: R\$ 35.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) é coordenado pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon) e integra diversos órgãos públicos e entidades privadas, dentre eles os Procons, Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), defensorias públicas e Ministério Público. Dentre as várias iniciativas meritórias no âmbito do SNDC estão a plataforma Consumidor.gov.br, que é um serviço público para solução de conflitos de consumo pela internet antes de as partes recorrerem à via judicial, viabilizando por meio de uma plataforma tecnológica de informação, interação e compartilhamento de dados, monitorada pelos órgãos de defesa do consumidor e pelo Ministério da Justiça.

A plataforma recebe uma média de 430 reclamações por dia, com índice de solução de conflitos de cerca de 80%. Para uma integração eficiente no âmbito do SNDC, torna-se necessário prover igualmente recursos informacionais para o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), que permite o registro dos atendimentos individuais a consumidores, a instrução dos processos de reclamação, além da gestão das políticas de atendimento e fluxos internos dos Procons integrados e a elaboração de Cadastros Estaduais e Nacional de Reclamações Fundamentadas.

Todo esse trabalho harmônico e articulado entre os Procons, gera informações que são consolidadas nos bancos de dados estaduais e replicados na base de dados nacional do Sindec no âmbito do Ministério da Justiça. Atualmente, o Sindec consolida informações de 363 Procons, em 27 unidades da Federação.

Emenda de Apropriação nº 2/2022

Ementa: Fortalecimento da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC)

Âmbito: Nacional

Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) foi criada em 13 de agosto de 2007 e se destina a promover principalmente a formação e capacitação técnica dos agentes e técnicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) em todo o Brasil, bem como proporcionar a construção do conhecimento específico no tocante às relações de consumo, fundamental para a elaboração de políticas públicas.

A capacitação técnica desenvolvida pela ENDC, além de aprimorar a qualidade da assistência aos consumidores, também proporciona o fortalecimento da estrutura nacional de defesa do consumidor ao promover a identidade e a harmonia do conhecimento no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).

Atualmente, a Escola Nacional promove cursos presenciais e à distância, tendo sido verificado um aumento de 42% no número de matrículas, passando de 27.043 alunos em 2019 para 38.438 em 2020. Além da função de sustentar de maneira contínua e duradoura os programas de capacitação de órgãos e entidades de defesa do consumidor, a Escola Nacional promoverá, ainda no segundo semestre deste ano, novos cursos gratuitos; inclusive para a sociedade.

Estas ações de capacitação visam a contribuir para o avanço do exercício da cidadania a partir do conhecimento e apropriação por parte dos consumidores brasileiros acerca dos seus direitos.

Emenda de Apropriação nº 3/2022

Ementa: Incremento de recursos informacionais no âmbito do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC)

Âmbito: Nacional

Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) é coordenado pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon) e integra diversos órgãos públicos e entidades privadas,

dentre eles os Procons, Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), defensorias públicas e Ministério Público. Dentre as várias iniciativas meritorias no âmbito do SNDC estão o consumidor.gov.br e a Escola Nacional do Consumidor. O consumidor.gov.br é um serviço público para solução de conflitos de consumo pela internet antes de as partes recorrerem à via judicial, viabilizando por meio de uma plataforma tecnológica de informação, interação e compartilhamento de dados, monitorada pelos órgãos de defesa do consumidor e pelo Ministério da Justiça. A plataforma recebe uma média de 430 reclamações por dia, com índice de solução de conflitos de cerca de 80%.

CRÉDITOS

Imagens

As imagens utilizadas neste relatório são do site ADOBE.

Conteúdo

Na redação deste relatório foram utilizadas matérias elaboradas pela Agência Câmara.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Defesa do Consumidor

Anexo II, Pav. Superior Ala C, sala 152

CEP 70160-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6920/6924